

Descontos não animam caminhoneiros

Mesmo com programa federal, valores altos de veículos novos tornam aquisição inviável, segundo autônomos que trabalham no Porto

BÁRBARA FARIAS
DA REDAÇÃO

Caminhoneiros autônomos criticam o programa de redução de preço de veículos do Governo Federal, criado com o objetivo de movimentar o setor e facilitar a renovação de frota, com foco em caminhões com mais de 20 anos de uso. A medida provisória sobre o tema, em vigor desde o último dia 5, vale por quatro meses, mas a categoria afirma que os altos valores de caminhões 0 KM e seminovos tornam a troca inviável.

O programa foi desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), em parceria com o Ministério da Fazenda, que o estru-

turou do ponto de vista fiscal. No total, serão destinados R\$ 1,5 bilhão para as duas frentes, sendo R\$ 500 milhões aos automóveis de passeio e R\$ 1 bilhão para a troca de ônibus e caminhões.

No caso dos veículos pesados, os novos emitem até 98% menos material particulado na atmosfera do que a frota que sairá de circulação e os descontos podem variar entre R\$ 33,6 mil a R\$ 99,4 mil, dependendo do produto.

Em nota, o MDIC esclareceu que "o programa é emergencial e não substitui o Renovar (no caso de caminhões e ônibus) nem o Rota 2030 (automóveis), estruturantes e de longo prazo. O governo estuda as

melhores soluções para os próximos passos destes dois programas".

Para o motorista autônomo Bernardo Ferreira Barros, de 68 anos, que exerce a profissão há quatro décadas, a medida não compensa e ele prova isso na ponta do lápis. Ele, transporta cargas para o Porto de Santos, lamenta o fato de os serviços terem caído em torno de 50% neste ano.

"Por exemplo, o meu caminhão, de 2004, vale em torno de R\$ 200 mil. Já um caminhão de 2015 vale R\$ 410 mil. Para eu trocar, tenho que dar o meu, o Governo dá mais R\$ 90 mil e eu tenho que financiar R\$ 110 mil. Já o 0 KM custa R\$ 1 milhão. Eu não consigo pagar um financiamento dessa proporção, com prestação de R\$ 20 mil por mês, com o serviço que nós temos hoje".

O motorista autônomo Glauber Ferreira Antunes, que transporta cargas há 15 anos, compartilha da mesma opinião. "Hoje, um caminhão 0 KM custa, no mínimo, R\$ 700 mil. Eu tenho dois, um de 2010 e outro de 2003, avaliados em R\$ 150 mil e R\$ 78 mil, respectivamente. Se eu vender os dois, não consigo comprar um novo, ou seja, fica inviável ter um caminhão novo, sendo que um usado atende as minhas necessidades".

Glauber complementa que "uma prestação de um novo custaria em torno de R\$ 10 mil mensais, isso sem contar os gastos com seguro, estacionamento, IPVA e rastreamento. O nosso frete não acompanha os custos de



Renovação da frota e mais demanda à indústria de veículos são dois objetivos do programa federal

um financiamento e mais esses outros gastos".

Em nota, o presidente do Sindicato das Empresas de Transporte Comercial de Carga do Litoral Paulista (Sindisan), André Luís Neiva, informou que, apesar dos incentivos anunciados, o setor ainda não deve investir na renovação da frota na Baixada Santista devido a diversos fatores, como baixa demanda de trabalho, taxa de juros elevada e altos valores dos caminhões.

"Outro fator que deve ser levado em consideração é que a maioria das empresas não possui veículos com mais de 20 anos. Caso o cenário se altere positivamente, os empresários podem mudar da locação para compra de novos veículos. Torcemos para que isso aconteça".

Anfavea elogia pacote anunciado para o setor

■ No dia seguinte ao anúncio da medida provisória pelos ministros Fernando Haddad, da Fazenda, e Geraldo Alckmin, do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Márcio de Lima Leite, elogiou a abrangência do programa adotado.

"Embora seja um programa de curta duração, traz um ânimo para todo o ecossistema automotivo e coloca um foco sobre um setor que tem potencial para ge-

rar incontáveis benefícios à sociedade brasileira de forma geral".

A Anfavea estima que cerca de 100 mil a 110 mil automóveis e comerciais leves deverão usufruir dos descontos de R\$ 2 mil a R\$ 8 mil, antes do esgotamento do teto de R\$ 500 milhões em créditos tributários disponibilizados pelo Ministério da Fazenda. Isso deverá ocorrer em pouco mais de um mês. Já para caminhões e ônibus, espera-se um prazo mais longo para o teto de R\$ 1 bilhão ser alcançado. (BF)